

Trabalhadores submissos? Greves e contestação sindical durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-64)

Felipe Pereira Loureiro*

RESUMO: O artigo visa analisar as greves de trabalhadores ocorridas nos setores industrial e de serviços durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-64). Utilizaram-se periódicos operários e jornais de circulação nacional como fontes básicas para a elaboração de uma listagem de greves. Espera-se que essas evidências lancem novas luzes sobre a compreensão do relacionamento entre Estado e o movimento operário no início dos anos 1960 no Brasil, bem como sobre a plausibilidade do conceito de “populismo”, ainda amplamente aceito por alguns estudiosos.

Palavras-chave: Greves, trabalhadores, Jânio Quadros, João Goulart

Subordinated workers? Strikes and trade unions' contestation during Jânio Quadros and João Goulart's government (1961-64)

The article seeks to analyze the workers' strikes occurred in services and industrial sectors during Jânio Quadros and João Goulart's governments (1961-64). We used some labors periodicals and some national-range journals as our basic sources to construct an inventory of strikes. It is hoped that these evidences shed new light on the comprehension of the relationship between State and workers' movement during the beginning of the sixties in Brazil, as well as on the plausibility of the concept of “populism”, yet broadly accepted by some scholars.

Keywords: Strkes, workers, Jânio Quadros, João Goulart

Uma das questões mais discutidas por estudiosos sobre a IV República (1946-64) se refere à natureza da relação entre trabalhadores e Estado. Para alguns autores, tais como Leôncio Martins Rodrigues e Francisco Weffort, o movimento trabalhista desse período foi caracterizado por uma falta de autonomia perante o Estado. Rodrigues, por exemplo, atribuiu essa dependência a determinações estruturais – no caso, a origem predominantemente rural do operariado brasileiro, que teria transformado esse trabalhador em um indivíduo mais suscetível à retórica de governantes ditos “populistas”. Weffort, por sua vez, explicou tal subordinação a partir da penetração da ideologia do nacionalismo econômico nas lideranças sindicais, que as teria levado a defender junto às bases dos trabalhadores uma postura menos combativa com relação à burguesia doméstica e favorável às políticas em prol do crescimento econômico promovidas pelos governos “populistas”. Os dois autores concordam, porém, com

* Doutorando e Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista do CNPq.

a tese de que a apatia apresentada pelo movimento operário, quando da deflagração do golpe militar de 1964, estaria relacionada a essa fraqueza organizacional dos trabalhadores¹.

Desde o final da década de 1970, alicerçados em uma base documental mais extensa, alguns autores, tais como Ricardo Maranhão (1978), John Humphrey (1982), Ângela Maria de Castro Gomes (1988), John Wolfe (1993), Hélio Costa (1995), Antônio Luis Negro (2001) e Renato Colistete (2001), têm apresentado conclusões distintas sobre as características do movimento de trabalhadores da IV República. Esses estudiosos reuniram indícios que acabaram por relativizar a tese, por exemplo, de que o movimento trabalhista desse período careceria de qualquer grau de autonomia perante o Estado, ou de que a atuação dos trabalhadores não teria tido papel relevante na determinação ou na modificação de políticas públicas.

Este artigo pretende contribuir para esse debate por meio da análise das greves realizadas por operários, trabalhadores no setor de serviços e funcionários públicos durante os governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-64). Na medida em que tais administrações tentaram aplicar programas de estabilização econômica, diante da inflação e do forte desequilíbrio apresentado pelo balanço de pagamentos brasileiro no período, considera-se de suma importância, pressupondo-se uma subordinação relativa do movimento trabalhista perante o Estado, que as manifestações grevistas dos trabalhadores – pelo menos aquelas que apresentavam reivindicações tipicamente econômicas – fossem mantidas sob controle mínimo pelo governo. Caso contrário, os planos de estabilização aplicados por esses governantes seriam, provavelmente, comprometidos, tendo em vista, por exemplo, os aumentos salariais resultantes das greves que viessem a ser vitoriosas. Por outro lado, movimentos paredistas que apresentassem reivindicações que coincidissem com a agenda do Executivo – como, por exemplo, a questão da antecipação do plebiscito sobre a manutenção do regime parlamentarista, que era do interesse do Presidente João Goulart em 1962 – podem ser considerados como movimentos que, se não eram controlados totalmente pelo Estado, contribuíram, por outro lado, para a concretização dos projetos políticos governamentais.

Os autores que estudaram as greves do período 1961-64 salientam que, apesar do grande número de paralisações ocorridas naquele contexto, o movimento sindical ainda se caracterizaria por uma dependência com relação ao Estado. Francisco Weffort, por exemplo, assinala que muitas das greves do início dos anos 1960 foram não apenas políticas (na medida

1 RODRIGUES (1968) e WEFFORT (1972). Para posições estruturalistas semelhantes à do primeiro, ver RODRIGUES (1966); para interpretações convergentes com a do segundo, ver LEITE (1983).

em que visavam, por exemplo, pressionar o Congresso Nacional a aprovar determinadas leis, em benefício da agenda do Poder Executivo), como também realizadas por trabalhadores que atuavam em serviços infra-estruturais e de transportes (marítimos, ferroviários e portuários) – setores estes constituídos, em grande parte, por empresas públicas ou autárquicas. Assim, segundo Weffort, “o movimento sindical orientara-se desde o início para o Estado e terminara tão dependente dele que, em última instância, dava-se no âmbito do próprio Estado”².

Márcia de Paula Leite e Kenneth Erickson, por outro lado, assinalam que o movimento sindical trabalhista chegou a adquirir poder real no início da década de 1960, por meio da utilização das greves como instrumento de pressão política. Além disso, os autores afirmam que o sucesso dos movimentos grevistas do período esteve diretamente relacionado à deterioração das condições econômicas dos trabalhadores (quanto pior a conjuntura econômica, maior a chance de êxito da greve) e à condescendência das forças militares no que se referia à tolerância para com as paralisações. Ambos estudiosos, porém, ressaltam que por mais que o movimento sindical tenha obtido uma parcela maior de poder durante o governo João Goulart, isso não teria representado, segundo os mesmos, a institucionalização de organizações trabalhistas verdadeiramente autônomas³. Assim, a manutenção de uma dependência dos sindicatos para com o Estado teria feito com que as lideranças sindicais continuassem defendendo pautas políticas relativamente descoladas dos interesses das bases dos trabalhadores, cujas preocupações se encontrariam voltadas mais para demandas econômicas de caráter imediatista (tais como aumentos salariais) do que para questões de maior amplitude (como, por exemplo, as reformas de base)⁴. É de se destacar, no entanto, que nenhum dos autores realiza um levantamento pormenorizado das greves do período. As conclusões apresentadas por esses estudiosos se basearam mais na observação de algumas greves específicas do que no conjunto das paralisações ocorridas no início da década de 1960.

Salvador Sandoval, por fim, apesar de reconhecer que o intervalo entre 1961 e 1963 teria apresentado “o maior índice de greves da história do país”, afirma que as paralisações que predominaram nesse período foram as do setor público e as greves políticas de massa. Segundo o autor, esses tipos de greves obscureceram “a fraqueza dos sindicatos como organizações de base”. A prova dessa fragilidade sindical teria se dado, de acordo com

2 WEFFORT (1972: 34)

3 ERICKSON (1979: 229) e LEITE (1983: 63-8).

4 LEITE (1983: 70).

Sandoval, quando os militares conseguiram desfechar, sem resistências significativas por parte dos trabalhadores, o golpe de 1964.

No geral, portanto, as interpretações sobre as greves do período 1961-64 reconhecem houve uma quantidade altamente expressiva de paralisações trabalhistas no período, mas salientam, em maior ou menor grau, que a atuação do movimento sindical ainda teria se dado de maneira pouco autônoma em relação ao Estado.

A listagem das greves ocorridas no Brasil entre 1961 e 1964, que será apresentada posteriormente, levou-nos a construir uma hipótese alternativa sobre o tema: a de que os movimentos trabalhistas teriam adquirido, naquele contexto, se não uma autonomia total diante do Estado, uma independência que poucas vezes se assistiu na história brasileira – inclusive levando em consideração o período do advento do chamado “novo sindicalismo”, a partir do final da década de 1970. Foi, portanto, essa autonomia relativa do movimento trabalhista com relação ao governo que teria suscitado a necessidade de um golpe militar, na medida em que o acirramento da luta de classes, instigada por um forte conflito distributivo, tornou evidente para as elites que a única maneira de conter as manifestações dos trabalhadores seria por meio de uma reestruturação das instituições estatais – o que significava, em outras palavras, instaurar um regime autoritário no país⁶.

No que tange às fontes utilizadas pelo artigo para a realização do levantamento das greves, consultaram-se três periódicos (“Novos Rumos”, “O Estado de São Paulo”, “Última Hora”). Os jornais “O Estado de São Paulo” e “Última Hora” foram selecionados porque apresentavam tendências ideológicas antagônicas e por focarem suas atenções em regiões distintas do país (São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente), mesmo tendo cobertura jornalística nacional. O periódico “Novos Rumos”, publicado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi escolhido por fornecer boa quantidade de informações sobre as greves, apesar de privilegiar os movimentos grevistas cujas lideranças eram preponderantemente comunistas ou aliadas destes. Além disso, foram agregados, em nossa lista, os dados do levantamento das greves realizado por Weffort (1972), cuja única fonte foi o jornal “Folha de São Paulo”.

É preciso assinalar ainda que não foi viável utilizar os métodos mais apropriados de análise sobre o tamanho e o impacto dos movimentos paredistas, pois os periódicos não

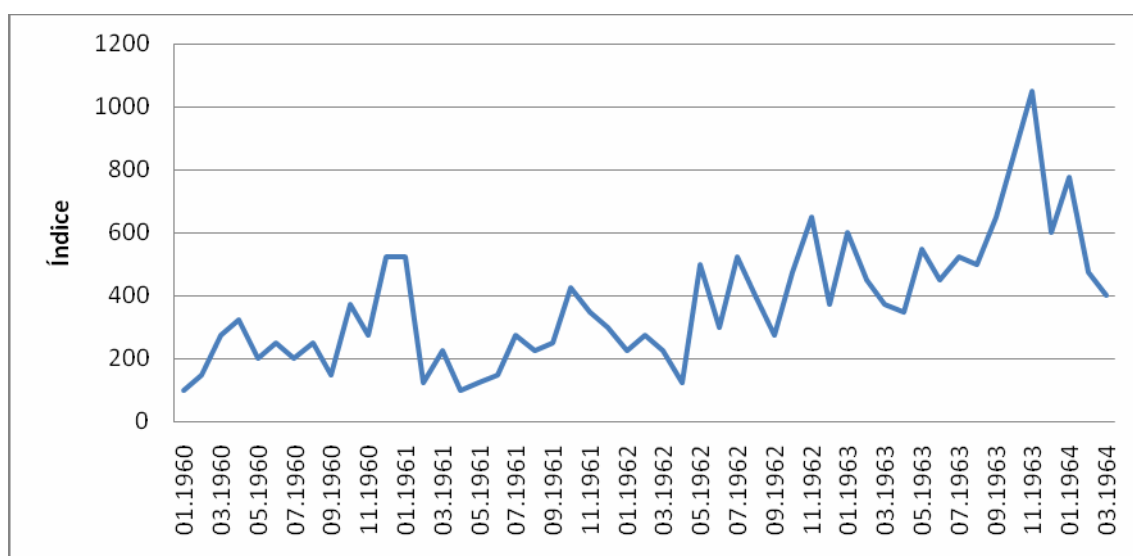
5 SANDOVAL (1994: 100-1).

6 Apesar do parco embasamento empírico com relação aos movimentos grevistas do período, HARDING (1973) e OLIVEIRA (1987) assinalaram conclusões semelhantes às apresentadas por este artigo.

indicam sistematicamente a duração de todas as greves e/ou, muito menos, o número de trabalhadores envolvidos⁷. Assim, por mais que nos tenha sido possível saber, em alguns casos, quantos trabalhadores paralisaram suas atividades e por quanto tempo, esses dados não foram usados porque, devido à falta de aleatoriedade das observações da amostra, haveria comprometimento na comparação estatística entre os meses do período em análise.

Por outro lado, a apresentação, única e exclusiva, do número de greves ocorridas no Brasil entre 1961 e 1964 poderia gerar também graves distorções na comparação entre os meses desse período. Explica-se: se, em um dado mês, ocorreram 50 paralisações; e, em outro, houve 100, nada garante que neste último as greves tenham sido mais intensas, pois as 100 paralisações que nele ocorreram podem ter envolvido, por exemplo, um número menor de trabalhadores, ou englobado setores que apresentassem um pequeno impacto sobre a atividade produtiva nacional. A fim de minorar essa dificuldade, dividimos as greves listadas em três grupos: localização, categoria e abrangência setorial.

Gráfico 1 – Índice do número de greves no Brasil, 01.1960 – 03.1964 (100 = 01.1960)



Fontes: “O Estado de São Paulo” (01.1960-03.1964); “Última Hora” (01.1960-03.1964); “Novos Rumos” (01.1960-03.1964); e WEFFORT (1972: A33-A64).

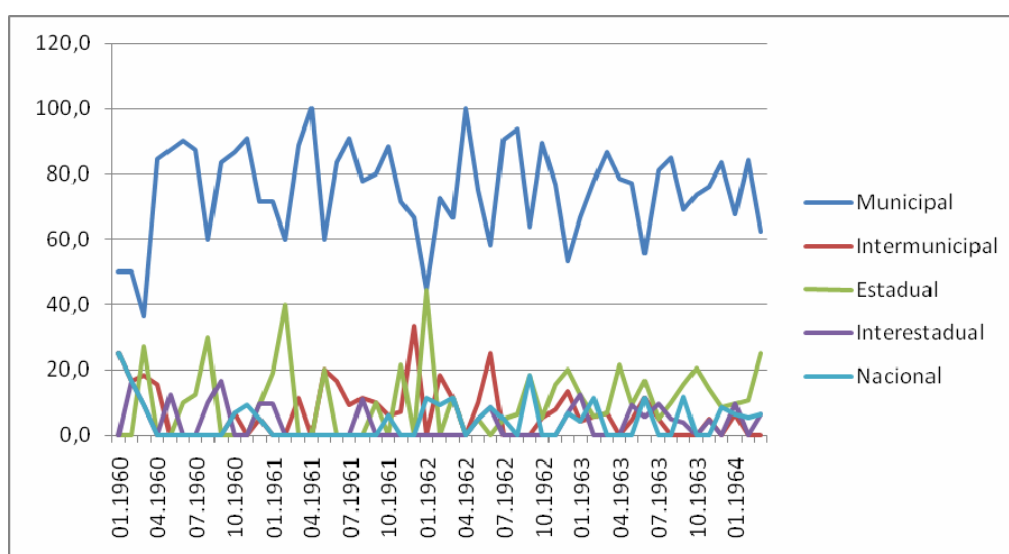
Feita as observações metodológicas devidas, pode-se agora analisar os dados referentes às greves do período 1961-64. É possível observar, primeiramente que os anos de

⁷ As variáveis comumente utilizadas em estudos sobre greves incluem: (i) número de homens-hora perdidos, que agrega dados relativos à duração da greve e à quantidade de trabalhadores que paralisaram suas funções; (ii) e frequência ajustada das greves, calculada a partir da fração do número de paralisações em relação à população assalariada, civil e não-agrícola empregada na economia. Ver HIBBS (1978).

1960 e de 1961 apresentaram uma certa sazonalidade no que se refere às atividades grevistas (Gráfico 1). Os meses iniciais do ano foram marcados por poucas greves, enquanto os meses finais apresentaram altas quantidades de paralisações (especialmente no caso de 1960). Isso se explica em razão de os vencimentos dos acordos salariais de grande parte das categorias trabalhistas do setor privado ocorrerem, normalmente, no período final do ano. Além disso, era também no final do ano que as lutas dos trabalhadores pelo pagamento de um abono de natal por parte das empresas comumente se intensificavam.

Em 1962, no entanto, essa sazonalidade foi parcialmente interrompida. Vê-se que o índice de greves passou a apresentar uma evolução errática, fato este perceptível mediante a observação de seu formato no gráfico naquele ano (“dente de serra”). Além disso, os picos de atividade grevista se igualaram (maio e julho de 1962), ou até superaram (novembro de 1962), o ponto mais alto do índice de greves até então, que acontecera no final de 1960. Em 1963, após uma leve queda em tal índice no início do ano (que, no entanto, quando comparado ao mesmo período dos anos anteriores, mostrou-se elevado), nota-se uma ascensão contínua da variável até novembro de 1963. Aqui se teve o maior índice de greves da amostra e, provavelmente, um dos mais (se não o mais) elevados da história do movimento sindical brasileiro. No início de 1964, verificou-se queda do índice de greves, mas, mesmo assim, ele se manteve em patamares consideráveis, quando comparado, por exemplo, ao mesmo período do ano de 1960 ou de 1961.

Gráfico 2 – Participação relativa de greves no Brasil de acordo com a localização, 01.1960 – 03.1964, em %



Fontes: Idem Gráfico 1.

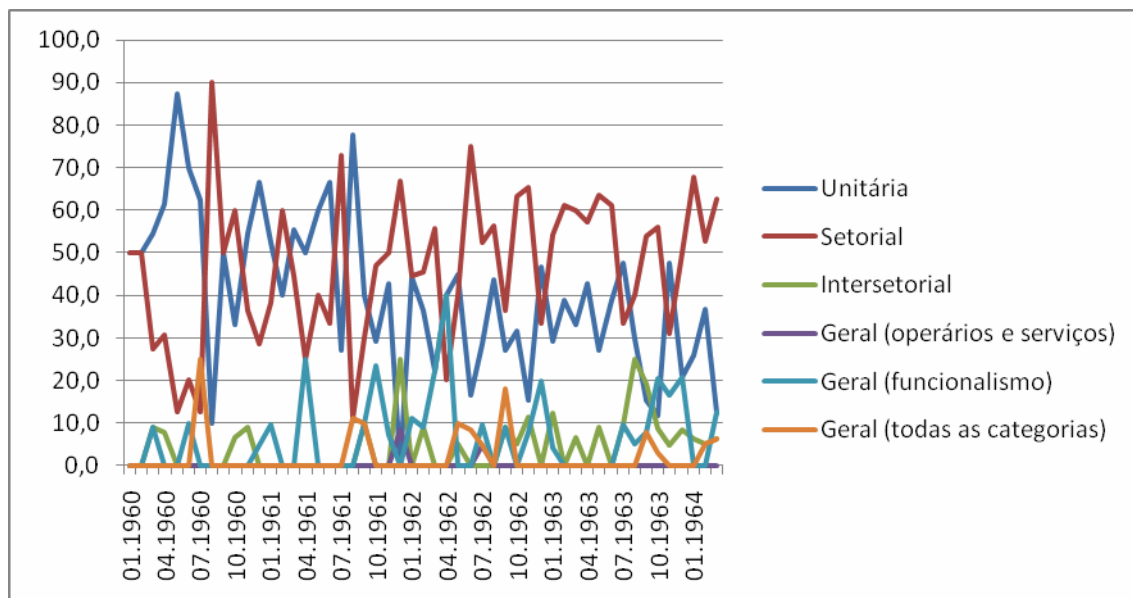
Legenda: Greve intermunicipal foi aquela que ocorreu em dois ou mais municípios, enquanto a greve interestadual, em dois ou mais Estados da Federação.

A partir da observação do Gráfico 1, conclui-se que a atividade grevista se intensificou consideravelmente no Brasil a partir de 1962, atingindo proporções vultosas em 1963. Isso certamente não pode ser desconsiderado quando se estuda, por exemplo, a dificuldade do governo Goulart em colocar em prática programas de estabilização econômica (tal como, por exemplo, o Plano Trienal, aplicado entre janeiro e junho de 1963), a queda da taxa de crescimento do produto verificada em 1963, a reação das elites contra a grande mobilização dos trabalhadores⁸ e, como não poderia deixar de ser, o próprio golpe militar de 1964.

A observação mais acurada desse índice de greve nos permite inferir outras conclusões importantes. Nota-se que, em todo o período estudado, preponderaram as greves municipais (Gráfico 2). Isso só não ocorreu no final de 1961, quando as paralisações de âmbito estadual se igualaram, em porcentagem, às de nível municipal. Vale destacar também que, em novembro de 1961, as greves intermunicipais apresentaram a maior participação em todo o período analisado. Isso permite relativizar, por exemplo, a idéia de que os meses derradeiros de 1961 tenham sido os menos conturbados do início da década de 1960, na medida em que greves estaduais e intermunicipais representam paralisações de maior impacto na sociedade. Por outro lado, as demais variáveis de localização arroladas no gráfico (greves interestaduais e nacionais) não apresentaram alterações significativas ao longo do interregno 1960-64.

8 No início de 1963, em encontro com o Ministro Extraordinário do Planejamento, Celso Furtado, o Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fábio de Araújo Mota, afirmou que certos líderes sindicais trabalhistas estariam transformando o Brasil em uma “grevelândia” e que isso traria consequências para o ritmo de desenvolvimento econômico do país. Mota ainda de Furtado, nesse sentido, ações mais enérgicas do governo contra as greves. “O Estado de São Paulo” (OESP, 19.01.1963: 13). Para manifestações semelhantes das entidades empresariais, ver, por exemplo, ata da 40ª Reunião da Diretoria Plena da Associação Comercial de São Paulo, ACSP (22.01.1963: 10) e Boletim Informativo da FIESP-CIESP (nº 700, 06.03.1963: 3-12).

Gráfico 3 – Participação relativa de greves no Brasil de acordo com a abrangência, 01.1960 – 03.1964, em %

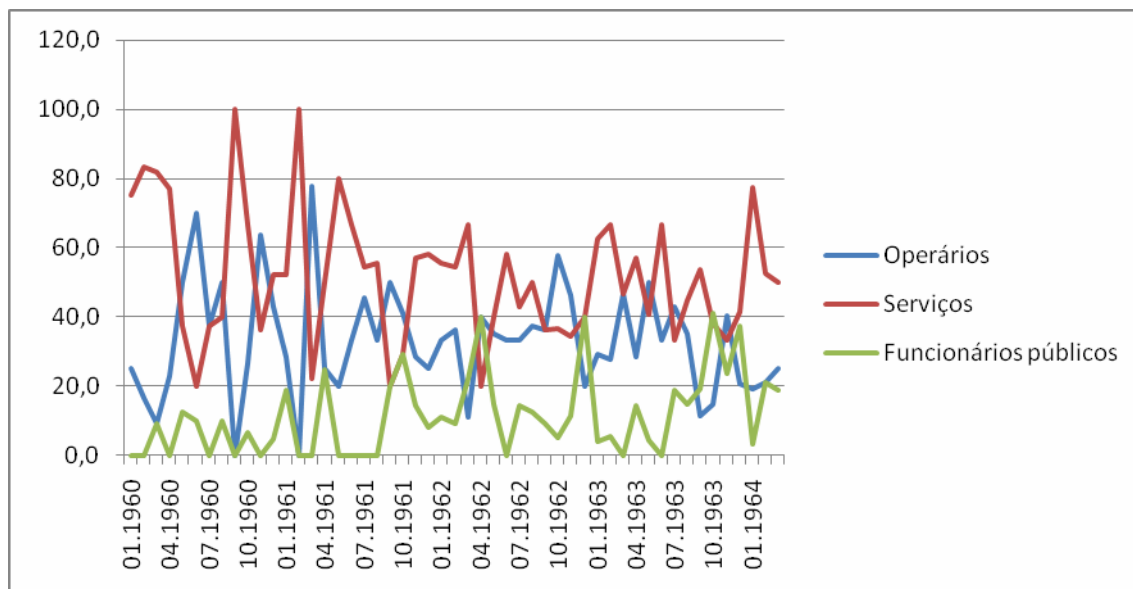


Fontes: Idem Gráfico 1

Legenda: Greve unitária é aquela que ocorre em apenas uma unidade de um determinado setor. Greve setorial é aquela que engloba a maioria ou todo o setor de um determinado território. Greve intersetorial é aquela que engloba dois ou mais setores dentro de uma dada região. Greve geral de operários e de trabalhadores no setor de serviços abarca todos os trabalhadores desses setores de um dado território. Greve geral do funcionalismo engloba todos os funcionários públicos de uma determinada região.

Em termos da abrangência das greves, nota-se que os movimentos paredistas unitários e setoriais preponderaram ao longo do período 1960-64 (Gráfico 3). No entanto, percebe-se, apesar da evolução errática de ambas variáveis, que as greves unitárias prevaleceram sobre as setoriais até agosto de 1961 – quando, exatamente, ocorreu a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart à Presidência. A partir daí, houve uma inversão: as greves setoriais ganharam proeminência sobre aquelas. Isso é importante porque reforça ainda mais as conclusões extraídas do Gráfico 1, ou seja, que a partir de 1962 teria havido uma intensificação das greves no Brasil, pois movimentos paredistas setoriais abrangem, em média, um número maior de trabalhadores do que aqueles que as greves unitárias.

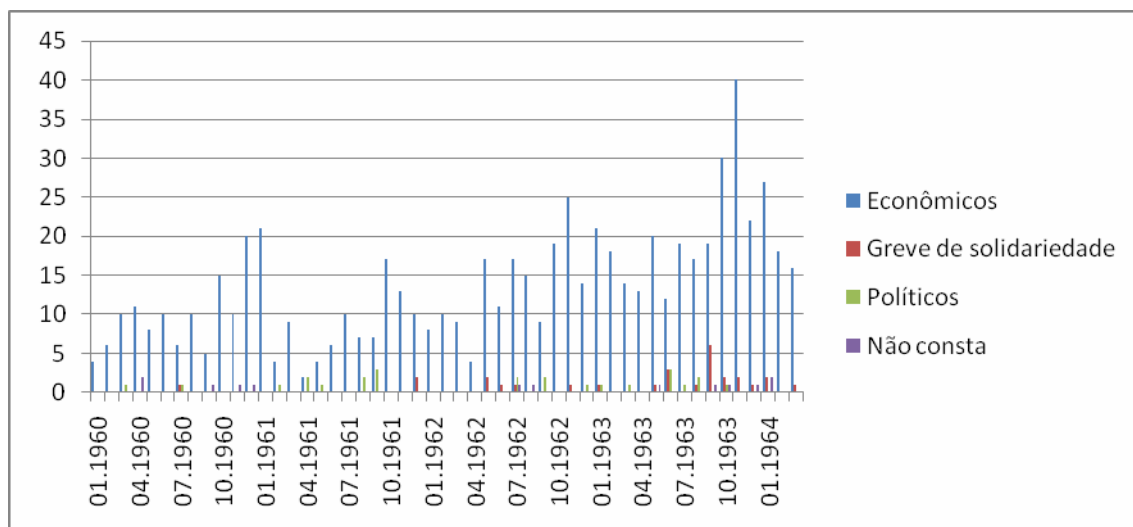
Gráfico 4 – Participação relativa de greves no Brasil de acordo com a categoria, 01.1960 – 03.1964, em %



Fontes: Idem Gráfico 1

No que se refere às categorias trabalhistas, pode-se notar que o setor de serviços apresentou, durante grande parte do período 1960-64, a maior participação relativa nas greves nacionais (Gráfico 4). Na medida em que, dentro desse setor, se encontram as categorias dos marítimos, portuários, ferroviários e aeroviários – compostas, em parte nada desprezível, por companhias autárquicas e estatais – é de admitir que os estudiosos especialistas no assunto, como Weffort, estão corretos quando afirmam que muitas das greves que ocorreram no Brasil nesse período se deram em empresas de serviços e vinculadas ao Estado. Essa conclusão é reforçada ainda mais diante do crescimento do percentual de paralisações dos funcionários públicos, visível a partir de agosto de 1961. No entanto, é de se destacar que a participação das greves operárias no total de greves do período não foi pequena. Ao contrário: houve não só momentos em que ela superou o percentual das paralisações do setor de serviços, como, além disso, nota-se, a partir de 1962, que a diferença quantitativa entre as participações das greves operárias e de serviços diminuiu sensivelmente. Em outras palavras: não se pode dizer que as paralisações operárias – onde a presença do setor privado é majoritária – foram pouco consideráveis no início dos anos 1960.

Gráfico 5 – Número de greves no Brasil de acordo com a reivindicação, 01.1960 – 03.1964



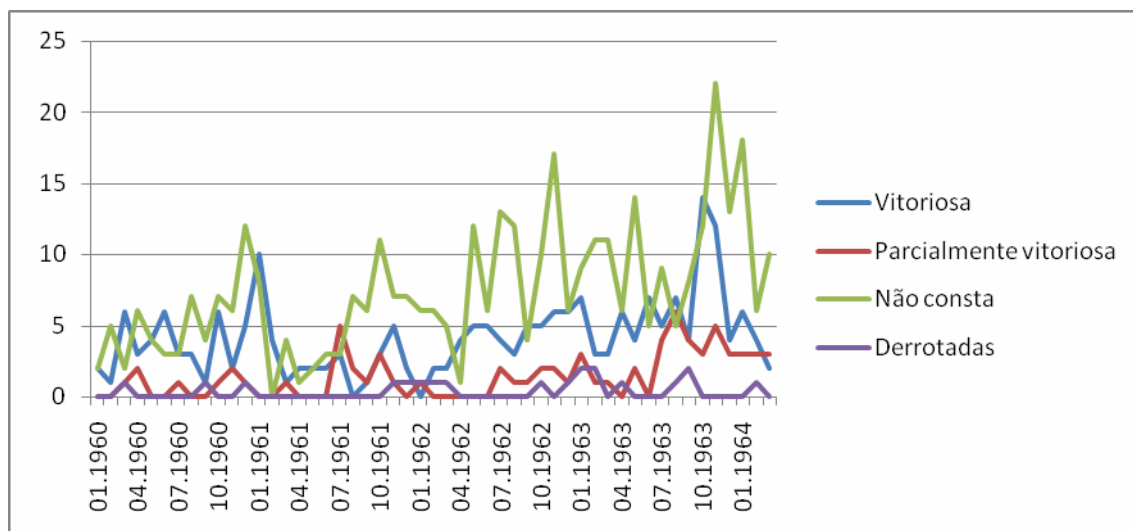
Fontes: Idem Gráfico 1.

Legenda: Por greve econômica, entende-se todo movimento que reivindica qualquer tipo de demanda econômica imediatista, tais como aumento salarial, pagamento de atrasados salariais, obtenção de abono de natal ou de 13º salário e melhorias das condições de trabalho. Por greve política, entende-se todo movimento que vise pressionar membros do poder público a realizar certas ações, sejam elas a aprovação de leis, sejam até a soltura de líderes sindicais presos durante greves.

É de se salientar, mais do que a participação significativa que as greves operárias tiveram no total das paralisações trabalhistas do período 1960-64, a preponderância absoluta das reivindicações de caráter econômico nas greves daquele contexto (Gráfico 5). Em todos os anos, as demandas econômicas foram amplamente superiores às reivindicações políticas ou às greves de solidariedade. Isso tem importância por várias razões. Em primeiro lugar, esses dados relativizam a tese de que as paralisações dos trabalhadores nesse período teriam se dado, fundamentalmente, de acordo com os interesses políticos do Poder Executivo, e/ou em prol, por exemplo, da realização das reformas de base e de outras medidas de cunho nacionalista. Parece que a aceleração do processo inflacionário, principalmente em 1963, sem que houvesse qualquer mecanismo de indexação dos ativos na economia, teria sido a principal responsável pela intensificação das atividades grevistas naquele contexto. Em segundo lugar, na medida em que a participação dos setores de serviço e do funcionalismo foi considerável nas greves ao longo do período, vê-se que muitas das paralisações realizadas por essas categorias tiveram também vieses econômicos – e não majoritariamente políticos, como a literatura salienta. Em terceiro, tendo em vista que parcela significativa dessas greves foi vitoriosa ou parcialmente vitoriosa em suas demandas – apesar do grande número de greves cujos resultados não pudemos obter (Gráfico 6) –, é de presumir que esses movimentos trouxeram sérias dificuldades para a aplicação dos programas de estabilização econômica do

governo Goulart. Não foi à toa, portanto, que esses planos acabaram malogrando, tal como, por exemplo, o Plano Trienal de Celso Furtado⁹.

Gráfico 6 – Número de greves no Brasil de acordo com os resultados, 01.1960 – 03.1964



Fontes: Idem Gráfico 1.

Pode-se perceber, portanto, que as greves do período 1960-64 não apenas cresceram mais ou menos continuamente, como também tenderam a englobar cada vez mais trabalhadores (devido à elevação do percentual de greves setoriais no total dos movimentos paredistas ao longo daquele contexto) e demonstraram uma participação nada desprezível de operários no agregado grevista. Além disso, diferentemente do que foi assinalado por alguns estudiosos, as greves econômicas preponderaram sobre as políticas e intensificaram, uma vez que uma proporção elevada desses movimentos saiu vitoriosa, o conflito distributivo de renda entre trabalhadores e empresários no início da década de 1960.

9 COLISTETE (2007: 15-8) apresenta dados que indicam um crescimento real dos salários nas indústrias no início dos anos 1960, o que corrobora as reclamações dos empresários ao governo quanto ao aumento dos custos relativos à mão-de-obra. Para as reclamações dos empresários, ver discurso do Presidente da CNI em encontro com membros das Federações Industriais; telegrama enviado pela FIESP ao Presidente Goulart; e fala do Diretor da ACSP, Daniel Campos, em reunião da Associação. OESP (25.05.1963: 19); (01.06.1963: 10) e Ata da 55ª Reunião de Diretoria da ACSP (15.05.1963: 13).

Bibliografia

- COLISTETE, Renato P. (2001). *Labour Relations and Industrial Performance in Brazil: Greater São Paulo, 1945-1960*. Houndmills: Palgrave.
- _____. (2007). “Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-79”. *Mimeo*. Faculdade de Economia e Administração da USP: São Paulo.
- COSTA, Hélio (1995). *Em Busca da Memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta.
- ERICKSON, Kenneth P. (1979). *Sindicalismo no processo político do Brasil*. Brasiliense: São Paulo.
- FERREIRA, Jorge (org.). (2001). *O populismo e sua História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FRENCH, John D. (1995). *O ABC dos Operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul.
- GOMES, Ângela de C. (1994). *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice.
- HARDING, Timothy (1973). *The political history of organized labor in Brazil*. Stanford: PhD, Stanford University.
- HIBBS, Douglas A. (1978). “On the political economy of long-run trends in strike activity”. In: *British Journal of Political Science*, no. 08, p. 153-75.
- LEITE, Márcia de P. (1983). *Sindicatos e trabalhadores na crise do populismo*. Campinas: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, IFCH / UNICAMP.
- MARANHÃO, Ricardo (1979). *Sindicato e Democratização: Brasil, 1945-1950*. São Paulo: Brasiliense.
- NEGRO, Antônio L. (2001). *Linhas de Montagem: o sindicalismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. Campinas: Tese de Doutorado, IFCH–Unicamp.
- OLIVEIRA, Francisco de (1987). *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes.
- PAOLI, Maria C. *et alli* (1983). “Pensando a Classe Operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. In: *Revista Brasileira de História*, nº6, p. 129-49.
- RODRIGUES, José Albertino (1968). *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (1966). *Conflito social e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel.
- SANDOVAL, Salvador (1994). *Os trabalhadores param*. Greves e mudança social no Brasil, 1945-1990. Ática: São Paulo.
- WEFFORT, Francisco (1972). *Sindicatos e política*. São Paulo: Tese de Livre-Docência, FFLCH / USP.
- WOLFE, John (1993). *Working Women, Working Men. São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*. Durham: Duke University Press.